

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PLANO INTERNO: 4120008338C; PTRES: 858338; NATUREZA DA DESPESA: 339030; FONTE: 0101; AÇÃO: 232085. CONTRATADO: A empresa NOVIDADES CABANO COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.194.705/0001-00, estabelecida à Tv. Padre Eutíquio Nº 850 - Térreo - Campina, Belém-PA. ORDENADOR DE DESPESAS: Celso da Silva Mascarenhas.

Protocolo: 767044

CONTRATO Nº 019/2022 – PCP

OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, para atender as necessidades desta Polícia Científica do Pará. DATA DA ASSINATURA: 03/03/2022.

VALOR: R\$ 1.981,00 (Um mil, novecentos e oitenta e um reais)

VIGÊNCIA: 03/03/2022 a 02/03/2023.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico Nº 011/2021 - SRP/SEPLAD/DGL que originou a ARP Nº 006/2022 - SEPLAD.

FORO: Justiça Estadual, Comarca de Belém/PA.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PLANO INTERNO: 4120008338C; PTRES: 858338; NATUREZA DA DESPESA: 339030; FONTE: 0101; AÇÃO: 232085. CONTRATADO: A empresa VS DELGADO COMÉRCIO DE ARTIGOS DE ESCRITÓRIO EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.665.218/0001-44, estabelecida à Rod. BR 316 - KM 03, Rua do Fio, Nº 22 - Guanabara - Ananindeua. ORDENADOR DE DESPESAS: Celso da Silva Mascarenhas.

Protocolo: 767055

CONTRATO Nº 017/2022 – PCP

OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, para atender as necessidades desta Polícia Científica do Pará. DATA DA ASSINATURA: 03/03/2022.

VALOR: R\$ R\$ 528,00 (Quinhentos e vinte e oito reais)

VIGÊNCIA: 03/03/2022 a 02/03/2023.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico Nº 011/2021 - SRP/SEPLAD/DGL que originou a ARP Nº 004/2022 - SEPLAD.

FORO: Justiça Estadual, Comarca de Belém/PA.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PLANO INTERNO: 4120008338C; PTRES: 858338; NATUREZA DA DESPESA: 339030; FONTE: 0101; AÇÃO: 232085. CONTRATADO: A empresa **NEO BRS COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.041.480/0001-88, estabelecida à Passagem nossa Senhora Aparecida nº 164, bairro Castanheira, Belém/PA. ORDENADOR DE DESPESAS: Celso da Silva Mascarenhas.

Protocolo: 767049

CONTRATO Nº 018/2022 – PCP

OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, para atender as necessidades desta Polícia Científica do Pará. DATA DA ASSINATURA: 03/03/2022.

VALOR: R\$ 3.868,00 (Três mil, oitocentos e sessenta e oito reais)

VIGÊNCIA: 03/03/2022 a 02/03/2023.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico Nº 011/2021 - SRP/SEPLAD/DGL que originou a ARP Nº 005/2022 - SEPLAD.

FORO: Justiça Estadual, Comarca de Belém/PA.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PLANO INTERNO: 4120008338C; PTRES: 858338; NATUREZA DA DESPESA: 339030; FONTE: 0101; AÇÃO: 232085. CONTRATADO: A empresa F F DE ALENCAR EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.165.782/0001-93, estabelecida à Tv. We 43, Cidade Nova VIII, nº 182, Bairro Cidade Nova, Ananindeua. ORDENADOR DE DESPESAS: Celso da Silva Mascarenhas.

Protocolo: 767050

CONTRATO Nº 021/2022 – PCP

OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na aquisição de Álcool Etílico 70%, INPM Líquido, para atendimento as necessidades da Sede, Unidades Regionais e Núcleos Avançados desta Polícia Científica do Pará. DATA DA ASSINATURA: 03/03/2022.

VALOR: R\$ 34.900,00 (Trinta e quatro mil e novecentos reais)

VIGÊNCIA: 03/03/2022 a 02/03/2023.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 006/2022 – PCP.

FORO: Justiça Estadual, Comarca de Belém/PA.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PLANO INTERNO: 4120008338C; PTRES: 858338; NATUREZA DA DESPESA: 339030; FONTE: 0101; AÇÃO: 232085. CONTRATADO: A empresa S DA C SANTOS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.508.894/0001-40, estabelecida à Rodovia BR 316, Km 1 Ed.

Empresarial Next Office - 1762, Atalaia - Ananindeua/PA.

ORDENADOR DE DESPESAS: Celso da Silva Mascarenhas.

Protocolo: 767062

CONTRATO Nº 020/2022 – PCP

OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, para atender as necessidades desta Polícia Científica do Pará. DATA DA ASSINATURA: 03/03/2022.

VALOR: R\$ 37.550,00 (Trinta e sete mil e quinhentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: 03/03/2022 a 02/03/2023.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico Nº 011/2021 - SRP/SEPLAD/DGL que originou a ARP Nº 007/2022 - SEPLAD.

FORO: Justiça Estadual, Comarca de Belém/PA.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PLANO INTERNO: 4120008338C; PTRES: 858338; NATUREZA DA DESPESA: 339030; FONTE: 0101; AÇÃO: 232085. CONTRATADO: A empresa STAR COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.146.066/0001-90, estabelecida à Rua das Rosas, 198, Galpão, 04 - Parque Verde, Belém-PA.

ORDENADOR DE DESPESAS: Celso da Silva Mascarenhas.

Protocolo: 767059

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2022 | PAE Nº 2021/1488231

Comunicamos aos interessados que os lotes 01 e 02 da licitação em epígrafe, com vista na Aquisição de Materiais de Consumo para o Laboratório de DNA, para o Laboratório de Genética Forense desta sede (Belém) da Polícia Científica do Pará, restaram fracassados.

Belém, 03 de março de 2022.

Pregoeira Oficial: Lidiane Nascimento Gomes

Protocolo: 767037

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo nº 2021/462706 |

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2022 – PCP

O Diretor-Geral da Polícia Científica do Pará, no uso de suas atribuições legais e considerando os fatos corroborados nos autos do processo nº 2021/462706, bem como as disposições do Edital de Pregão Eletrônico nº 008/2022 – PCP, que tem objeto a Aquisição de Sistema Audiovisual para Sala de Reunião para atender a demanda deste CPCRC, RESOLVE:

I – HOMOLOGAR a adjudicação da Pregoeira Oficial que concedeu o objeto do LOTE UNICO deste certame à empresa G S SARMENTO O DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.254.594/0001-07, pela oferta de R\$ 13.052,61 (treze mil e cinquenta e dois reais e sessenta e um centavos)

II – Determinar à Comissão Permanente de Licitação a adoção dos procedimentos necessários para a elaboração do instrumento contratual nos termos do edital desta licitação;

III – Determinar à Diretoria Administrativa e Financeira a indicação para a designação de fiscal de contrato;

IV – Os autos do presente processo estão à disposição de todos que interessarem para vistas junto à Comissão Permanente de Licitação desta Polícia Científica do Pará.

REGISTRE-SE, CUMPRA-SE e PUBLIQUE-SE.

Belém/PA, 03 de março de 2022.

CELSO DA SILVA MASCARENHAS

Diretor-Geral da Polícia Científica do Pará

Protocolo: 767009

Processo nº 2021/1488231 |

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2022 – PCP

O Diretor-Geral da Polícia Científica do Pará, no uso de suas atribuições legais e considerando os fatos corroborados nos autos do processo nº 2021/1488231, bem como as disposições do Edital de Pregão Eletrônico nº 007/2022 – PCP, que tem objeto a Aquisição de Materiais de Consumo para o Laboratório de DNA”, para o Laboratório de Genética Forense desta sede (Belém) da Polícia Científica do Pará, RESOLVE:

I – HOMOLOGAR a adjudicação da Pregoeira Oficial que concedeu o objeto do LOTE 03 deste certame à empresa QUALY COMERCIAL EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.301.724/0001-91, pela oferta de R\$ 99.898,00 (noventa e nove mil e oitocentos e noventa e oito reais).

II – Determinar à Comissão Permanente de Licitação a adoção dos procedimentos necessários para a elaboração do instrumento contratual nos termos do edital desta licitação;

III – Determinar à Diretoria Administrativa e Financeira a indicação para a designação de fiscal de contrato;

IV – Os autos do presente processo estão à disposição de todos que interessarem para vistas junto à Comissão Permanente de Licitação desta Polícia Científica do Pará.

REGISTRE-SE, CUMPRA-SE e PUBLIQUE-SE.

Belém/PA, 03 de março de 2022.

CELSO DA SILVA MASCARENHAS

Diretor-Geral da Polícia Científica do Pará

Protocolo: 767000

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Processo nº 2021/462706 |

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2022 – PCP

A pregoeira oficial designado pela PORTARIA Nº 253/2021 de 31/08/2021 – GAB/DG/CPC-RC, no uso das atribuições que lhe são conferidas (art. 3º, IV, da lei 10.520/02), e após a constatação do cumprimento das exigências legais relativas ao Pregão Eletrônico nº 008/2022 – PCP, que tem objeto a Aquisição de Sistema Audiovisual para Sala de Reunião para atender a demanda deste CPCRC, RESOLVE:



Governo do Pará
Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social
Polícia Científica do Pará



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 017/2022 – PCP

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA
AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE
EXPEDIENTE QUE ENTRE SI CELEBRAM A
POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ E A
EMPRESA NEO BRS COMÉRCIO DE
ELETRODOMÉSTICOS LTDA.**

Por este instrumento, de um lado, como CONTRATANTE, a **POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ – PCP**, com sede estabelecida à Av. Mangueirão, s/nº, Mangueirão, nesta cidade Belém/PA, CEP 66.640-411, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.664.871/0001-06, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Celso da Silva Mascarenhas, brasileiro, perito oficial, titular do registro de identidade nº 2353021 SSP/PA e do CPF/MF nº 576.705.282-49 e de outro lado, como CONTRATADA, a empresa **NEO BRS COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.041.480/0001-88, estabelecida à Passagem nossa Senhora Aparecida nº 164, bairro Castanheira, Belém/PA, 66645-455. Telefone: (91) 2121-9000, e-mail: neobrsbelem@gmail.com, neste ato representado pelo Sr. José Braym Souza Da Silva, titular da Carteira de Identidade nº RG: 6935311 PC/PA e CPF: 956.878.312-15, têm ajustado o presente contrato, mediante o processo (PAE) nº 2022.126775, originário do Pregão Eletrônico Nº 011/2021 - SRP/SEPLAD/DGL que originou a ARP Nº 004/2022 - SEPLAD, conforme cláusulas e condições seguintes, que reciprocamente outorgam, aceitam e se obrigam a cumprir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Contrato consiste na **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE**, para atendimento da demanda anual estimada da Sede, Unidades Regionais e Núcleos Avançados desta Polícia Científica do Pará.

1.2. Descrição do objeto:

| ITEM | DESCRIÇÃO | SIMAS | UND | QTD | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|--------------|---|--------|-----|-----|----------------|-------------------|
| 25 | Garrafa térmica sem bomba, rosqueável, capacidade para 1 litro, certificado abnt. | 1467-2 | UND | 30 | 17,60 | R\$ 528,00 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 528,00 |

1.3. O fornecimento obedecerá ao estipulado neste contrato e às disposições da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002, Lei Federal nº 10.024/2019, e da Lei Estadual nº 6.474 de 06/08/2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993 e na Lei nº 8.078 de 11/09/1990, bem como as disposições contidas no edital do Pregão Eletrônico Nº 011/2021 - SRP/SEPLAD/DGL, em seus anexos e nas obrigações assumidas na proposta firmada pela CONTRATADA e dirigida à CONTRATANTE, documentos que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato, no que não o contrarie.

1.4. A contratada deverá fornecer a contratante, todos os itens que ofertou, de acordo com a proposta e prospecto encaminhados durante a licitação.



Governo do Pará
Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social
Polícia Científica do Pará



CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses contados da data de assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Contrato é de **R\$ R\$ 528,00 (Quinhentos e vinte e oito reais)**

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos financeiros para fazer face às despesas deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

PLANO INTERNO: 4120008338C; PTRES: 858338; NATUREZA DA DESPESA: 339030; FONTE: 0101; AÇÃO: 232085

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em agência e conta corrente do Banco do Estado do Pará. Caso o prestador não possua conta no banco Banpará, será cobrada pelo Banco taxa referente ao DOC/TED, sendo o valor desta taxa automaticamente descontado no valor depositado para pagamento da prestação do serviço.

5.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura o momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

5.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

5.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.7. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na Proposta.

5.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado,



Governo do Pará
Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social
Polícia Científica do Pará



para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.10. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

5.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do Contratante.

5.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

6.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

6.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

6.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

6.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

6.5. Efetuar o pagamento a Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

6.6. Elaborar relatório, da entrega dos bens e do contrato, para prosseguimento de acompanhamento a fiscalização do contrato, como também de processo de pagamento.

6.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes na proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

7.2. Cumprir e acatar as instruções de natureza técnica e as recomendações emanadas dos fabricantes para fornecimento do produto.

7.3. Acatar as normas de controle, segurança e funcionamento das instalações da CONTRATANTE.

7.4. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes na Proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.



Governo do Pará
Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social
Polícia Científica do Pará



7.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

7.6. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

7.7. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1. Nos termos do Art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado um servidor, como representante desta PCP, para acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO ADMINISTRATIVA

9.1. Este contrato poderá ser rescindido, por sua inexecução total ou parcial, nas hipóteses e nas formas previstas nos Artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93.

9.2. A Rescisão do Contrato poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração desta PCP, nos casos enumerados nos incisos de I a XII, e XVII do artigo 78 da supracitada Lei, notificando-se a CONTRATADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que haja conveniência para a Administração desta PCP;

c) Judicial nos termos da legislação.

9.3. A rescisão administrativa será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade.

9.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e ampla defesa nos termos do Art. 5º, inciso LV da Constituição Federal.

Parágrafo Primeiro: no caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá reter, cautelosamente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

Parágrafo Segundo: No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO, DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

10.1. O preço contratado é fixo e irrevogável, pelo período de 12 (doze) meses, na forma do parágrafo 1º do Artigo 28 da Lei 9.069, de 29/06/95, contado o prazo da data da apresentação da proposta, nos termos do §1º do Artigo 3º da Lei 10.192/2001.

10.2. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no Art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.



Governo do Pará
Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social
Polícia Científica do Pará



10.3. A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato que, a critério desta PCP, se façam necessários, ou a supressão além deste limite, mediante acordo entre as partes, conforme disposto no Art. 65, § 1º e 2º, inciso II, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Se o contratado ensejar o retardamento da assinatura do contrato ou da entrega do objeto licitado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções sem prejuízo da reparação dos danos causados:

- a) Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para a execução do contrato.
- b) Multa, de 0,33% ao dia, até o limite, 20% (vinte por cento) do valor do Contrato, nas hipóteses de inexecução, sem prejuízo da aplicação das outras sanções.
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com a Administração Pública Estadual, por prazo não superior a 2 (dois) anos, nas hipóteses de execução irregular, atrasos ou inexecução de que resulte prejuízo para o objeto licitado;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, os atrasos ou a inexecução associem-se à prática de ilícito penal.

11.2. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo;

11.3. As multas previstas no subitem 11.1 “b” não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá o vencedor do certame de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas;

11.4. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no SICAF, se for o caso;

11.5. Ficará a contratada isenta das penalidades, no caso de ser comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificada e aceita pela Diretoria Administrativa e Financeira e homologado pelo Diretor-Geral da Polícia Científica do Pará.

Parágrafo Primeiro: DO DESCONTO DO VALOR DA MULTA

As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da contratada ou, na impossibilidade, recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, da data da comunicação oficial e, caso não adimplidas, serão cobradas judicialmente.

Parágrafo Segundo: DOS RECURSOS

Da aplicação das penalidades previstas nesta cláusula caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, que será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, ou, fazê-lo subir devidamente informados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

12.1. O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará, no prazo de 10 (dez) dias, correndo as despesas por conta da CONTRATANTE.



Governo do Pará
Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social
Polícia Científica do Pará



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. As controvérsias decorrentes deste contrato serão dirimidas no foro da Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, pela Justiça Estadual.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente contrato lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Belém/PA, 03 de MARÇO de 2022.

SERPRO
Assinado Digitalmente por:
CELSO DA SILVA MASCARENHAS
CPF/CNPJ: 57670529249 Assinado em: 03/03/2022
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço:
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>

POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ
Celso da Silva Mascarenhas – Diretor-Geral
CONTRATANTE

NEO BRS Assinado de forma
COMERCIO DE digital por NEO BRS
ELETRODOMES COMERCIO DE
TICOS ELETRODOMESTICOS
LTDA:070414800001
88
Dados: 2022.02.24
15:00:19 -03'00'

NEO BRS COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA
José Braym Souza Da Silva
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: ALEXANDRE BORGES DA LUZ FILHO Nome: Apriuk E. G. Melo.
CPF: 007.380.582-38 CPF: 530.198.492-68